



FORMAÇÃO DO PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO DE ILHÉUS-BAHIA

KARLA MUNIZ BELEM
VIVIANE BORGES DIAS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

FORMAÇÃO DO PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo de caso na cidade de Ilhéus – Bahia.

Eixo Temático: Educação e Inclusão

RESUMO

A presente pesquisa foi um recorte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e formação docente: a situação em escolas públicas estaduais de ensino médio regular seriado, na cidade de Ilhéus-Bahia”, com o objetivo de investigar a motivação do docente para atuar com alunos com NEE, optamos em utilizar o termo necessidade educacionais especiais em conformidade as leis do país. A Constituição dispõe a educação como direito de todos e que escolas precisam atender as necessidades educacionais dos alunos. O estudo se caracterizou na abordagem qualitativa, do tipo explicativa e delineada como pesquisa de campo e o instrumento usado foi aplicado o questionário. Os métodos usados na análise textual foram o dedutivo e indutivo. A formação docente torna-se necessária para uma mudança do docente frente aos alunos com NEE.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Necessidades educacionais especiais. Formação docente.

ABSTRACT

This research was a clipping of the course conclusion work entitled "Inclusion of students with special educational needs (SEN) and teacher training: the situation in state public high school of serial regular school in the city of Ilheus, Bahia", aiming to investigate the teacher's motivation to work with students with special needs, we chose to use the term special educational needs in accordance the laws of the country. The Constitution establishes education as a right for all and that schools need to attend the educational needs of students. The study is featured in the qualitative approach, the explanatory and outlined type as field research and the used instrument was applied to the questionnaire. The methods used in textual analysis were deductive and inductive. Teacher training becomes necessary to change the teaching because of pupils with SEN.

Keywords: School inclusion. Special educational needs. Teacher training.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) é garantida por lei, decretos, resoluções,

pareceres, porém, não assegura que esta inclusão ocorra na prática, sendo considerada no âmbito escolar como um dever apenas para o cumprimento da Lei 9.394/96, art. 4º, III[1] (BRASIL, 1996).

Apesar de a legislação brasileira expressar esse movimento da inclusão, percebemos um despreparo das escolas, de forma geral, para implantação do projeto inclusivo. Para que a educação inclusiva seja efetivada é essencial que o respeito e a valorização das diferenças estejam no centro desta mudança.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no Art. 2º dispõe que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001b, p.39).

No mesmo documento o Art. 8º, dispõe que as escolas da rede regular de ensino devem prever em suas classes comuns; professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns (BRASIL, 2001b, p.39).

Para que inclusão seja efetivada é necessário que as políticas educacionais brasileiras sejam colocadas em práticas. Existem lacunas a serem preenchidas como por exemplo, a formação de professores inicial e continuada.

De modo geral a formação do professor não atende as exigências para atuar com alunos com NEE, com isso o que parece acontecer é que o docente trabalha apenas com a sua “boa vontade”. Segundo Silva, Santos e Dourado (2014 p. 22), “[...] a condição das escolas para tornar a inclusão uma realidade, tanto no que se refere à aprendizagem quanto à permanência dos alunos na escola, ainda é uma conquista a ser realizada [...]”.

Nesse sentido, a Lei 9.394/96 estabelece no artigo 59:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996a, p. 24)

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, no item 8 diz que, a Educação Especial destaca-se, pois se destina às pessoas com necessidades no campo da aprendizagem e que a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais é uma prioridade, pois não há escola regular eficaz sem professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar que sejam preparados para atendê-los adequadamente. As escolas regulares que possuem classes especiais destinadas aos alunos parcialmente integrados, necessitam de professores especializados e materiais pedagógicos adequados (BRASIL, 2001c).

Portanto, a formação inicial e continuada do docente que trabalha em uma escola inclusiva é essencial, pois vai instrumentalizá-lo com conhecimentos no desenvolvimento de habilidades e competências para enfrentar a diversidade de alunos dando um direcionamento para que o professor aceite a diferença e respeite a singularidade. A falta de conhecimento das deficiências pode causar preconceito, levando a ideias preconcebidas das possibilidades e perspectivas de cada aluno com NEE.

Nessa perspectiva, Almeida (2007, p. 336) ressalta que “formar o professor, é muito mais que informar e repassar conceitos; é prepará-lo para outro modo de educar, que altere sua relação com os conteúdos disciplinares e com o educando”.

A inclusão educacional está entrelaçada com a inclusão social na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário um esforço conjunto da sociedade e não apenas dos educadores, para que as ações e mudanças sejam alcançadas na busca de uma nova visão de homem, de mundo e também de sociedade.

Nessa abordagem, Silva, Santos e Dourado (2014, p.61)

A escola reproduz as características da sociedade em que está inserida. A inclusão escolar não diz respeito apenas aos alunos com deficiência, pois que o fracasso escolar tem se abatido especialmente sobre os alunos pobres da escola pública, sejam deficientes ou não.

O professor é um dos autores primordiais na Educação Inclusiva, para tanto é essencial que seja formado para o trabalho com alunos com NEE, e com isso desenvolver a prática docente para uma educação de qualidade.

Este trabalho é um recorte da pesquisa de graduação intitulada *Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e formação docente: a situação em escolas públicas estaduais de ensino médio regular seriado, na cidade de Ilhéus-Bahia*. O objetivo do trabalho foi analisar a situação vivenciada pelos professores em face da política nacional de formação de professores para atuar com alunos com NEE e a importância da formação inicial e continuada do docente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão no Brasil é recente e caracteriza-se por ações isoladas e, as reformas educacionais ocorreram em consequência de movimentos e políticas internacionais direcionando às mudanças para o acesso à escola fundamental das populações dos países subdesenvolvidos.

A falta de formação inicial e/ou continuada do docente pode ser considerada como uma das causas do insucesso escolar dos alunos com NEE, tornando-se assim uma questão de destaque na inclusão educacional.

O docente que estuda disciplinas e/ou conteúdos relativos com a Educação Inclusiva provavelmente desenvolverá competências, habilidades, adquirem conhecimentos e estão melhores preparados para atuar com alunos portadores de NEE.

Porém, a carga horária das disciplinas oferecidas na formação inicial é pequena e disponibilizada de forma intensiva e rápida. Assim organizada pode não satisfazer na preparação adequada do docente para trabalhar com a educação inclusiva. Vitaliano; Manzini (2010) e Freitas; Moreira (2011) sugerem aumentar a carga horária das disciplinas e que a Educação Inclusiva perpassasse por outras disciplinas dos cursos de licenciaturas como tema transversal.

O reconhecimento da necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com os alunos com NEE está disposta na recomendação:

A inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da normalização e integração da Pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (BRASIL, 1994, p. 1).

A ausência de formação inicial que habilite o docente para o trabalho com educação inclusiva, faz com que seja necessário o investimento na formação continuada pois, poderá fazer com que haja desenvolvimento de habilidades, competências e construção de conhecimentos para a prática em sala de aula no exercício da docência e, estes alunos com NEE sintam-se parte integrante desse processo de ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, Nozi e Vitaliano (2012) corroboram com a importância do preparo profissional do professor que atua na educação inclusiva e, que apenas a graduação não será suficiente para atender as dificuldades que surgirão diariamente no contexto escolar.

Para garantir a escola como um espaço de educação para todos os alunos, o que não é uma realidade no país, torna-se necessário formar professores investigadores de novos/outros saberes-fazeres docentes a partir de um olhar inclusivo (JESUS, 2012).

Para Nóvoa (1995, p. 25):

A formação docente não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

Nesse sentido, só a formação docente objetivando trabalhar com alunos com NEE também não é suficiente para a efetivação da inclusão. É preciso que a escola seja um espaço de troca de conhecimentos, que os docentes discutam e

planejem, entre seus pares e, entre gestão escolar e coordenação pedagógica sobre como desenvolver um atendimento a este sujeito para que aconteça um melhor ensino e aprendizagem.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Ilhéus-Bahia-Brasil, em cinco escolas aduais do Ensino Médio. O critério de escolha das unidades escolares, estava relacionado a matrícula de alunos com NEE.

Trata-se de um estudo na abordagem qualitativa, que segundo Goldenberg (2004), este método segue o paradigma alternativo e que o mesmo consiste em descrições de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Quanto ao delineamento, entendemos que o trabalho está situado no contexto da pesquisa de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2011) entende-se por pesquisa de campo a pesquisa que é realizada para adquirir dados a respeito de um determinado problema na busca de respostas, seja para comprovar uma hipótese ou na descoberta de novos acontecimentos ou ainda as ligações entre eles.

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada no período de 04 a 17 de dezembro de 2013, os instrumentos de coleta dos dados foi o questionário, que foi aplicado aos vinte e quatro professores que compuseram a amostra da pesquisa. Ressaltamos que os nomes utilizados na pesquisa são fictícios para assegurar o anonimato do professor.

A metodologia de análise de dados foi baseada na análise método textual discursivo, que mesclados num processo de análise misto possibilitam novas compreensões em relação aos fenômenos investigados, entretanto o pesquisador estabelece limites para a suas intuições (MORAES, 2003). A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Santa Cruz e aprovada, segundo registro 23718813.0.0000.5526.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos depoimentos dos participantes nos questionários, apresentamos os resultados encontrados na pesquisa no que se refere a motivação do docente para com alunos com NEE.

Entendemos que, para o docente ter sucesso no seu desenvolvimento pessoal e na sua *práxis* é necessário estimular o docente no entendimento da sua importância no processo educacional.

Os professores pesquisados foram questionados, se durante a formação inicial tiveram disciplinas relacionadas com educação inclusiva: 91,67% responderam que não foram estudadas disciplinas específicas para educação inclusiva, enquanto 8,33% responderam estudaram disciplinas específicas relacionadas com educação inclusiva.

Os docentes que informaram que estudaram disciplinas voltadas para educação inclusiva na formação inicial formaram-se há menos de cinco anos evidenciando que para o ensino superior as Universidades se estruturaram há pouco tempo para ofertarem estes conteúdos metodológicos.

Em relação a participação dos docentes pesquisados em cursos de formação continuada, a pesquisa apontou que 25% dos professores participou desses cursos, enquanto 75% não possui nenhum curso de formação continuada nesta área. Evidenciamos através da pesquisa que no que tange a formação inicial e continuada, percebemos uma lacuna nessa formação na perspectiva da inclusão. Concordamos com a opinião de Tartuci, Silva e Freitas (2013, p. 6), quando afirmam:

Estudos recentes têm apontado que poucos professores realizaram cursos na área de educação especial e inclusão desse modo, investe-se na formação continuada como uma possibilidade de proporcionar aos educadores um pensar sobre as práticas educativas, o uso de metodologias diferenciadas e uma abertura ao ensino colaborativo entre os professores das salas regulares.

Oportunizar ao docente o desenvolvimento profissional através da formação inicial e continuada é construir meios para alcançar efetivamente a educação inclusiva de forma que sejam respeitadas quaisquer necessidades educacionais. Nessa perspectiva Miranda (2011, p. 137) relata que “não basta inserir uma disciplina isolada nos currículos de formação inicial, como também é igualmente insuficiente a realização de cursos de curta duração que pouco tem ou nada têm a ver com as necessidades dos professores e os seus contextos de trabalho”.

É preciso que seja reestruturada os sistemas de formação docente, pois ele servirá de base para os desafios no que diz respeito às estratégias e habilidades, que os docentes terão em sala de aula, em respostas as diversas demandas dos

alunos com NEE que, provavelmente lhe serão apresentadas no decorrer do processo educativo. Nesse sentido, Nóvoa (1995, p.16) diz que:

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas.

Perguntamos aos professores pesquisados, se pudessem escolher, desejariam trabalhar com alunos especiais: 54,16% responderam que não e 46,84% responderam sim, que trabalhariam com discentes com NEE.

“Não tenho formação para atender esses alunos diversos” (Sabrina);

“Não sou habilitada” (Flávia);

“Não tenho formação para trabalhar com estes alunos” (Rita);

“Não possuo formação especializada na área” (Lícia);

“Não sou capacitado para tal” (Carlos);

A partir das falas supracitadas pode-se perceber a falta de formação é o argumento utilizado, para justificar suas escolhas. O sucesso da inclusão escolar pode ser relacionado com o exercício da docência e o professor percebe que não está preparado e formado para esse trabalho. A ausência de formação inicial que habilite o docente para o trabalho com educação inclusiva, faz com que seja necessário o investimento na formação continuada pois, poderá fazer com que haja desenvolvimento de habilidades, competências e construção de conhecimentos para a prática em sala de aula no exercício da docência e, estes alunos com NEE sintam-se parte integrante desse processo de ensino e aprendizagem.

A esse respeito, Glat e Nogueira (2002, p. 25) destacam:

[...] a oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre os alunos.

Ainda a respeito da importância da formação do professor para atuar em contextos de diversidade, Oliveira e Lima (2010, p.9) afirmam:

O ‘saber profissional’ que orienta a atividade do professor insere-se na multiplicidade própria do trabalho dos profissionais que atuam em diferentes situações e que, portanto, precisam agir de forma diferenciada, mobilizando diferentes teorias, metodologias, habilidades.

Por outro lado, não podemos desvincular o lado profissional do lado pessoal, pois toda pessoa traz consigo significados e barreiras que poderão dificultar essa relação professor/aluno. Quando os docentes responderam que não desejavam trabalhar com alunos com NEE por questões pessoais, os motivos alegados estavam relacionados basicamente a dificuldade na interação com esses alunos. Podemos inferir que esta dificuldade esteja relacionada a falta de conhecimento, medo do que é diferente, receio de se relacionar com sujeitos que saem e /ou se afastam do padrão de normalidade. Nesse sentido, Pimentel (2012) afirma que alguns docentes sentem-se impotentes, não conseguindo lidar com as diferenças e sugere por meios de palavras ou ações a retirada do aluno daquele espaço escolar. Os docentes que responderam que trabalhariam com alunos com NEE, alegaram os seguintes motivos:

“Favorece uma troca de experiências” (Kátia);

“Gosto de trabalhar com desafios positivos” (Luís);

“Força o docente a repensar a prática de ensino” (Paulo);

“Favorece a troca de experiência” (Sérgio);

“São pessoas que também tem direito a educação” (Marcos);

“Pelo interesse que eles demonstram” (Magali).

A partir das falas acima podemos inferir que mesmo com as dificuldades relacionadas à formação, os professores tem buscado alternativas para realizar o trabalho com os alunos com NEE. Nessa perspectiva, Diniz (2011, p. 41) afirma que “esses profissionais não se sentem preparados para lidar com essa gama de questões, embora já tragam em seus discursos a vontade de construir uma sociedade inclusiva”.

Sabemos que a formação docente é essencial para o êxito da inclusão escolar, o professor precisa estar qualificado para atender as necessidades de seus alunos propondo práticas pedagógicas reais e adequadas. Em conformidade com Mendes (2004, p. 227), relata:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

Os professores que participaram da pesquisa em sua maioria não possuem formação para o trabalho com alunos com NEE. Além da formação, a pesquisa apontou que falta apoio da coordenação pedagógica, bem como da gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio inclusivo é uma conquista necessária das classes minoritárias. Atualmente as leis dispõem e asseguram esse direito, porém a comunidade escolar e principalmente os docentes parecem não se sentirem preparados para que atuar na escola inclusiva. O sistema escolar está passando pelo desafio de se adequar a proposta inclusiva.

A necessidade de formação docente para o desenvolvimento de habilidades e competências na qualificação do trabalho é essencial, porém uma formação que desperte a consciência do docente é importante para que o processo de ensino e aprendizagem seja com qualidade. Concluímos com base nos dados da pesquisa que a falta de formação faz com que o docente tenha receio de atuar em sala com alunos com NEE, criando barreiras, preconceito e rótulos, dificultando a relação professor/aluno influenciando assim toda a atuação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria (RS), v. 32, n. 2, p. 327-342, jun./dez. 2007. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/viewFile/677/486>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial 1793/94**. Recomenda a inclusão da Disciplina “Aspectos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa portadora de Necessidades Especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. Brasília, DF, 1994e. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

_____. Ministério de Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC, 1996e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 02 jul. 2013.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº**

02/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 set. 2001b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. **Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2001c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 28 out. 2013.

DINIZ, M. Formação docente para a diversidade e inclusão. Revista Educação em foco. Ano 14. n. 18. dezembro 2011. p. 39-55. Disponível em: < <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/230/200>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

FREITAS, S. N.; MOREIRA, L. C. A Universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D.M de. BAPTISTA, C. R. (Orgs.). **Professores e Educação Especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITED, 2011. v. 2. p. 65-73.**

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. de. “Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil”. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ano 14, 2002. n. 24. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacao/article/view/1647/1055>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar como fazer pesquisa**. 8. ed. Qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JESUS, D. M. Formação docente e práticas pedagógicas: Conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. 491 p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnica de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo. Atlas S.A, 2011

MENDES. E.G. Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre a educação especial. In: MENDES.E.G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C.A. de. **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. p. 221-230.

MIRANDA. T. G. Desafios da formação: Dialogando com pesquisas. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de.; BAPTISTA, C. R. (Orgs) Professores e educação especial: formação em foco. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011. v. 2. p. 125-141.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência e Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. Disponível em: <<http://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

NOZI, G.S; VITALIANO C.R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333-348, maio/ago. 2012. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/3343/3824> >. Acesso em: 13 mar. 2014.

OLIVEIRA, M. A. O; LIMA, R.F. **A língua brasileira de sinais (libras) na formação de professores**. Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação Libras e Educação de Surdos. Psicologia.pt, o portal dos psicólogos, 201. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0215.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

PIMENTEL, S.C. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Orgs). **Os professores e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-155.

SILVA, L.M.da.; SANTOS, J.B.dos.; DOURADO, J. Preconceito aos “incluídos” na educação inclusiva. SILVA, L.M.da.; SANTOS, J.B.dos. (Orgs). Estudos sobre preconceito e inclusão educacional. Salvador: EDUFBA, 2014. p.19-66

TARTUCI, D.; SILVA, M. R. da.; FREITAS, A.O. de. A formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em Goiás: uma análise da legislação. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPcD/Diversitas/USP Legal**. São Paulo, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Marcia_Rodrigues_da_Silva\[coautAdriana\(i\)\].pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Marcia_Rodrigues_da_Silva[coautAdriana(i)].pdf) >. Acesso em 02 mar. 2014.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C.R.(org.). **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: Eduel, 2010. p. 49-112.

[1] Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
III atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação da pela Lei nº 12.796, de 2013)

Karla Muniz Belem Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino da Bahia. Aluna da pós graduação em Formação Pedagógica para Educação Inclusiva pela Universidade Estadual de Santa Cruz e Docência em Biologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. kmbelem@gmail.com

Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), da Universidade do Estado da Bahia. Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz. vivianebdias7@yahoo.com.br

Recebido em: 06/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: